



JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 31 DE JULHO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VII_SEMANA XXXI

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

DECRETO MUNICIPAL Nº 80/2026

DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA INSTITUINDO SERVIÇÃO ADMINISTRATIVO DE PASSAGEM AS ESTRADAS VICINAIS CONSTANTES DO CROQUI EM ANEXO DO MUNICÍPIO DE IGARACY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 5º., alínea "I" c/c o art. 6º do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública nos termos do Decreto-Lei nº 3365/1941, com instituição de **serviço administrativo de passagem** as estradas vicinais **constantes do croqui em anexo**, que atravessa as glebas rurais neste município, em razão de possibilitar a interligação da sede da cidade com suas diversas comunidades, cuja conexão possui caráter intramunicipal.

Art. 2º - A servidão administrativa instituída por esta lei, caracteriza-se por direito real de gozo, numa faixa de 15 (quinze) metros de largura, de natureza pública, instituído sobre as áreas acima especificadas, que passará a ser afetada com finalidade de utilidade pública, tem caráter acessório, perpétuo, indivisível e inalienável, para permitir a passagem de veículos, animais e pessoas.

Art. 3º - O Município providenciará de forma gradual, nas estradas sob sua jurisdição, a sinalização permanente de acidentes e/ou obstáculos do terreno, bem como providenciará a colocação de tabuletas ou placas que indiquem a denominação das estradas, itinerários, marcos quilométricos e pontos de referência úteis aos viajantes.

Art. 4º - Ninguém poderá abrir, fechar, desviar ou modificar estradas, sem licença prévia do Município.

Art. 5º - Em lavouras ou plantios de qualquer natureza e, principalmente as culturas irrigadas que margeiam as estradas, os proprietários ficam obrigados a abrir canais ou bueiros, construir taipas de ronda, seguidas por vaio próximo, que enteste as laterais das estradas escoadouros que deveriam suas águas aos bueiros ou canais, devendo:

I - Não prejudicar a parte transitável, assumir as responsabilidades de zelar pela conservação e sob sua expensa, efetuar os reparos que se fizerem necessários;

II - A construção do bueiro ou canal deverá ser de alvenaria e ultrapassará um metro das laterais da faixa de rodagem e as cabeceiras com cristas em forma de cumeeiro ou marco, condição exigível para classificar como obra particular, sendo que em casos especialíssimos e a critério do setor de engenharia da secretaria municipal de obras a construção poderá ser feita de madeira;

III - Não permitira formação de elevações, nas ditas construções, que venham dificultar o trânsito;

IV - Construir tantos bueiros quando forem necessários ao encaminhamento das águas de lavadouros irrigadas das chuvas, observadas o disposto no inciso II deste artigo;

Art. 6º - Ficam declaradas de utilidade pública e instituídas servidões administrativas nas estradas ou trechos de estradas vicinais particulares que já integram ou venham integrar as linhas de transporte público escolar.

Parágrafo único - O Município deverá baixar decreto de que trata o caput deste artigo, onde poderá delegar competência para que a Secretaria Municipal de Educação, a cada início de ano letivo, providencie a publicação de relação das propriedades, estradas ou trechos de estradas que já integram ou que passem a integrar, as linhas de transporte escolar, em razão da criação de salas rurais.

Art. 7º - É expressamente proibido:

I - Construir muros, cercas ou tapumes de qualquer natureza, sem licença do Município de Igaracy;

II - Arrancar, quebrar ou danificar de qualquer modo os marcos quilométricos e os sinais convencionais de trânsito, placas, tabuleiros sinalizações colocadas nas estradas de rodagem;

III - Fazer escavações no leito das estradas ou seus taludes;

IV - Encaminhar águas servidas ou pluviais para o leito de estradas, impedir, dificultar ou represar o escoamento das águas, fazer barragem que levem águas a aproximarem-se do leito das estradas a menos de cinco metros em época de enchentes;

V - Atirar nas estradas pregos, arames, pedaços de materiais, vidros, louças outros objetos capazes de danificar pessoas, animais ou veículos que nela transitam;

VI - Plantar vegetais de porte, que possa prejudicar, pela umidade provocada pela sombra, a consistência de faixa de rodagem ou que venha a prejudicar a visibilidade em relação ao tráfego de veículos.

Art. 8º - A licença para abertura de caminho e estradas, que não sejam de interesse do município, somente será permitida sob a condição de que o interessado fique a cargo da conservação da via.

Art. 9º - As estradas e caminhos públicos, mesmo que abertos por particulares terão as dimensões técnicas determinadas pelo Município de Igaracy, de acordo com o solo, o fluxo de veículos e aos fins a que se destinarem.

Art. 10 - Os escoadouros de água pluviais serão feitos de forma que não prejudiquem a parte transitável d estrada e nem as propriedades particulares.

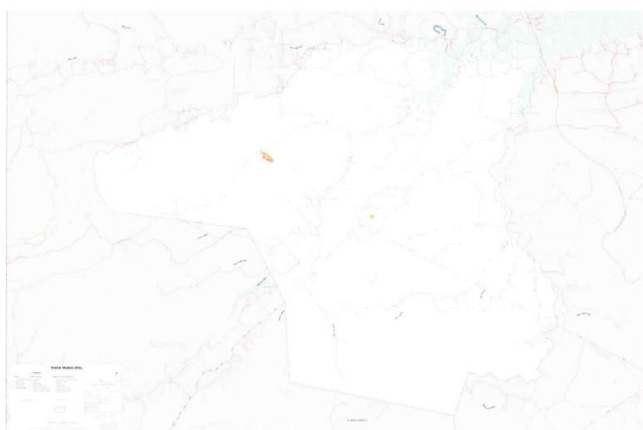
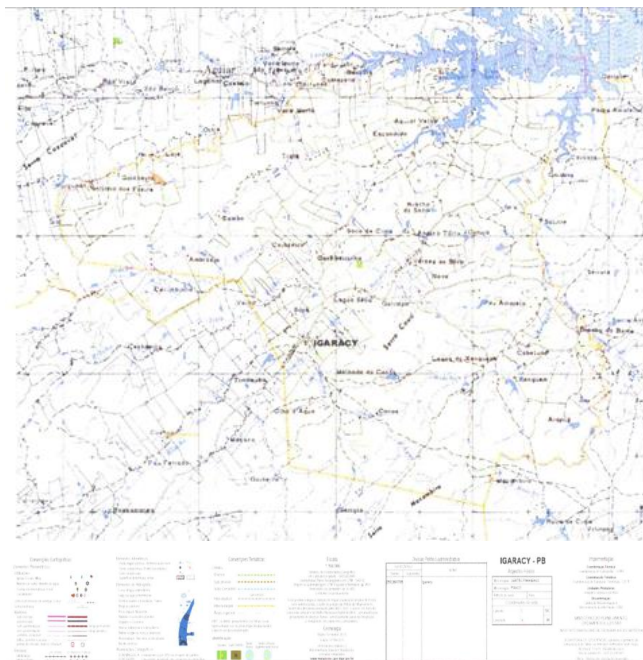
Art. 11 - O Poder público, sempre que possível, antes de realizar obras de abertura de estrada, de conservação ou de escoamento em propriedade particular, entrará em negociação com o proprietário.

Art. 12 - A administração providenciará ao cadastro e distinção das estradas municipais, identificando-as pela sua nomenclatura, numeração e destino.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Igaracy, 28 de julho de 2026.

Ednailton Sabino da Silva
Prefeito Municipal



EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUÍDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 31 DE JULHO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VII_SEMANA XXXI

PORTARIA Nº 081/2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LC 007/2005, pelo Art. 42 da Lei Orgânica do município e Art. 71, Inciso II da Lei Complementar 009/2006,

RESOLVE:

Exonerar a pedido, **CALINA LÍGIA CARNEIRO ALMEIDA DA SILVA**, Professora da Educação Infantil, matrícula 1081, CPF nº 041.840.014-83 e RG nº 2037047 - SSDS/PB, da função em comissão de **DIRETOR (A) ESCOLAR DA CRECHE MUNICIPAL PROFESSORA FRANCISCA MARIA DE LIMA (NANÁ)**, símbolo DE-1, junto a Secretaria de Educação Esporte e Turismo do município de Igaracy - PB, a partir de 31 julho de 2026.

Gabinete do Prefeito, 31 de julho de 2026.

Dê ciência,
Publique-se.

EDNAILTON SABINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

LEI MUNICIPAL Nº 756/2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO PARQUE DE RECREAÇÃO/COMPLEXO ESPORTIVO - PARQUE VIDA ATIVA, CONSTRUÍDO MEDIANTE CONVÊNIO FDE Nº 185/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais especialmente, o disposto no art. 42, IV, da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica denominado **PARQUE DE RECREAÇÃO JOSÉ TARGINO MARANHÃO** o Parque de Recreação/Complexo Esportivo - Parque Vida Ativa, implantado no Município de Igaracy/PB mediante Convênio FDE nº 185/2026, celebrado entre o Governo do Estado da Paraíba.

Art. 2º - A denominação constante desta Lei deverá ser utilizada em todos os documentos oficiais, placas de identificação, materiais institucionais, sistemas administrativos e demais atos relacionados ao referido equipamento público.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá promover solenidade oficial de inauguração e afixar placa comemorativa contendo o nome do homenageado e breve síntese de sua trajetória pública.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Igaracy-PB, 24 de julho de 2026.

Ednailton Sabino da Silva
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 757/2026

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IGARACY-PB, O PROGRAMA EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO - PARCEIROS DA INCLUSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGARACY-PB, no uso de suas atribuições legais especialmente, o disposto no art. 42, IV, da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei.

Capítulo I PROGRAMA EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO

Art. 1º Fica instituído o Programa Educador Social Voluntário - ESV - no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, destinado à seleção de voluntários para exercício de atividades de cuidador e de mediador pedagógico na Rede Municipal de Educação Município de Igaracy-PB.

Parágrafo Único. O Programa Educador Social Voluntário - ESV deve auxiliar e acompanhar os estudantes público da educação especial, com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Síndrome de Down - SD, altas habilidades ou superdotação no exercício das atividades diárias, no âmbito do Programa Educador Social Voluntário, deve obrigatoriamente participar das ações e formações teóricas e práticas disponibilizadas, observando:

- I - formação sobre educação especial e educação inclusiva;
- II - formação relacionada à interação ou alteração comportamental e à socialização do estudante com deficiência, TEA, SD, altas habilidades ou superdotação;
- III - formação sobre intervenções no campo da tecnologia assistiva como promoção de acessibilidade;
- IV - visitas presenciais a instituições, escolas e entidades que prestem atendimento e assistência aos estudantes com deficiência, TEA, SD, altas habilidades ou superdotação.

Art. 2º O Educador Social Voluntário - ESV - terá por finalidade auxiliar os estudantes público da educação especial, com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Síndrome de Down - SD, altas habilidades ou superdotação no exercício das atividades diárias, no âmbito, no exercício das atividades diárias, no que tange à alimentação, à locomoção, à higienização, à integração e ao aprendizado nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação na Paraíba.

Art. 3º A atividade voluntária é de caráter complementar ao serviço educacional regular prestado por profissionais da educação.

Parágrafo Único. Aos gestores públicos é vedado utilizar o educador social voluntário de forma substitutiva ao servidor público, inclusive nos casos de licença, afastamentos legais e vacâncias.

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se:

- I - cuidador: educador social voluntário responsável pelo apoio nas atividades de vida diária aos estudantes, conforme as atribuições definidas em Decreto do Poder Executivo;
- II - mediador pedagógico: educador social voluntário responsável pelo apoio nas atividades de vida diária e pelo auxílio ao estudante no processo de aprendizagem, conforme as atribuições definidas em Decreto do Poder Executivo.

Capítulo II DA BOLSA-AUXÍLIO

Art. 5º A bolsa-auxílio possui caráter indenizatório e destina-se ao custeio das despesas relacionadas à alimentação, transporte e dispêndios similares, decorrentes do efetivo exercício do trabalho voluntário.

Parágrafo Único. Terá direito aos valores estabelecidos nos arts. 6º e 7º desta Lei o educador social voluntário que desempenhar suas atividades com carga horária mínima de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 6º O valor da bolsa-auxílio a ser concedida ao educador social voluntário - cuidador é de **R\$ 1.300,00** (um mil e trezentos reais).

Art. 7º O valor da bolsa-auxílio a ser concedida ao educador social voluntário - mediador é de **R\$ 1.400,00** (um mil e quatrocentos reais).

Art. 8º O critério de atualização da bolsa-auxílio e a sua respectiva implementação poderão ser definidos por meio de Decreto.

Art. 9º O serviço voluntário previsto nesta Lei não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, conforme instituído no art. 1º, parágrafo único da Lei Federal nº 9.608/1998.

Capítulo III DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 10. O quantitativo de vagas de educador social voluntário será definido em conformidade com a disponibilidade orçamentária anual, seguindo os critérios da Secretaria Municipal da Educação definidos pelas áreas técnicas, de acordo com a demanda de cada unidade escolar.

Art. 11. Os candidatos selecionados para o Programa Educadores Sociais Voluntários desenvolverão suas atividades nas escolas da Rede.

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.

Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 31 DE JULHO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VII_SEMANA XXXI

Municipal de Educação da cidade de Igaracy-PB, conforme a necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Educação.

Capítulo IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. É obrigatória a celebração de Termo de Adesão e Compromisso de Voluntariado entre a Secretaria Municipal da Educação e o Educador Social Voluntário, o qual terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável de acordo com a necessidade do serviço.

Art. 13. O Termo de Adesão de que trata esta Lei poderá ser rescindido antecipadamente por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação em decorrência da conveniência ou oportunidade administrativa, sem que isso implique direitos à indenização ou a reclamações de qualquer natureza, devendo o educador social voluntário preencher e assinar o Termo de Desligamento desde que notifique a Secretaria Municipal de Educação no prazo de 30(trinta) dias de antecedência.

Art. 14. O educador social voluntário pode desistir de participar do Programa, requerendo o cancelamento do Termo de Adesão, desde que notifique a Secretaria Municipal de Educação no prazo de 30(trinta) dias de antecedência.

Art. 15. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial por anulação de dotação ao orçamento vigente para a execução das despesas desta lei conforme rubrica a ser definida em Decreto, bem como as devidas alterações a LDO e PPA.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2026.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Igaracy-PB, 31 de julho

de 2026.


Ednailton Sabino da Silva
Prefeito Municipal

Em branco

Em branco

Em branco

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n.
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva

